

A dimensão da escrita na escola

Luiz Antonio Ferreira¹

Uma pergunta secular revolve-se no interior de cada educador: como ensinar nossos alunos a escrever eficientemente? Ao longo do tempo, estudiosos se debatem para bem posicionar, em língua, os impulsos criativos ou a falta de inspiração dos educandos. Todos, porém, concordam que a escrita é um poderoso instrumento de demonstração do pensamento, um caminho para demarcação de identidades, uma válvula encantadora para ressaltar os sentimentos mais recônditos, demonstrar nossas crenças e imprimir verossimilhança ou verdades no discurso. Concordam, também, que escrever é um exercício profundo de humanidade, de esforço de interação e demonstração de nossa inequívoca capacidade de operar com a linguagem verbal.

Na gênese da escrita, então, há uma premissa que precisa ser levada em conta em qualquer atividade escolar sobre o ato de registrarmos-nos por meio da língua: somos seres retóricos. Essa máxima tem implicações profundas com todo e qualquer projeto pedagógico que se apresente: é preciso, sobretudo, para praticar nossos desejos de bem dizer e de movimentar um auditório racional ou passionadamente, entender como um texto opera num determinado contexto retórico para bem cumprir a intencionalidade do autor. Escrever, nesse aspecto, então, é dominar os efeitos que um texto pode provocar num auditório. Essa proposição fundamental – que inscreve o outro como figura

¹ Professor doutor, coordenador do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da PUC-SP e coordenador do Grupo ERA, que possui sede na PUC-SP.

primordial do discurso – poderia encabeçar qualquer manual de escrita escolar, pois daria ao estudante a dimensão necessária do alcance de seu dizer e o alertaria para os princípios fundamentais que dirigem o ato de escrever: não há escrita ou qualquer atividade comunicativa sem que se leve em conta três fatores elencados por Aristóteles (384-322 a.C.) em *Arte Retórica* (s/d): o *logos*, o *pathos* e o *ethos*. O *logos* é o discurso em si; o *pathos* representa o poder do orador de, por meio de seu discurso, despertar emoções em seu auditório; o *ethos* é a imagem, verdadeira ou não, que o orador constrói de si no intuito de persuadir seu auditório. É importante que, no ato de produzir textos na escola, o autor-aluno entenda a dimensão dessa escrita e compreenda que existe, como afirma Burk (1968), um motivo intrinsecamente retórico situado no uso persuasivo da linguagem e que o valer-se das palavras é propriedade de “agentes” humanos para formar atitudes ou para induzir ações em outros agentes também humanos.

Neste artigo, consideramos que a escrita é uma construção simbólica, traduzida em um ato discursivo (também chamado ato retórico) exercido em um contexto, determinado temporal e espacialmente, por um orador que, colocado diante de um auditório, precisa manifestar-se sobre questões que envolvem problemas ligados ao ser e ao estar no mundo. Consideramos, ainda, a importância da figura do orador na tessitura textual e os componentes fundamentais para a constituição das formas de representar seu caráter no discurso (*ethos*). Ressalte-se que todas as reflexões aqui feitas merecerão aprofundamento teórico e prático nos capítulos constantes deste livro, escritos por meus colegas, todos empenhados na desmistificação da escrita na escola e na viabilização pedagógica dos aspectos teóricos propiciados pela retórica antiga, pela Nova Retórica e pela sociorretórica.

Escrever como ação sobre o mundo

Escrever é caminhar para a consecução de um ato retórico que, por sua natureza, demonstra a capacidade do escritor de envolver seu auditório no tempo e no espaço para provocar reações positivas ou negativas. Um auditório se move positivamente quando o autor prova competência para desenvolver um tema com coerência, elegância, concisão e demonstração de conhecimento seguro do assunto a ser tratado. Se o propósito é respeitar o auditório, escrever é também e fundamentalmente um exercício de verificação contínua da clareza que se pretende imprimir a um texto, do tom e do ritmo que melhor

se conforma às expectativas do leitor ou do ouvinte para expandir o grau de aceitabilidade do que se objetiva dizer. Escrever é, em outra perspectiva, ativação dinâmica do cérebro para vigiar, durante todo o percurso de criação, os cuidados exigidos pelo código: a pertinência do uso dos termos e índices formais que estruturam a sequência linguística e promovem a adequada conexão entre as divisões que estruturam o texto. Escrever, porém, não é apenas utilizar o código abstratamente. É, sim, valer-se da língua como uma atividade, como elemento físico que dá suporte à interação. Para Bazerman (2015), o código “é um recurso a ser empregado em situações concretas com objetivos e atividades individuais e coletivos, seu objeto primeiro (BAZERMAN, 2015, p. 22). Escrever é, ainda, pela exteriorização inequívoca de conhecimento das especificidades inerentes à tipologia do texto criado, para bem além de contornar necessariamente as dificuldades da sintaxe, utilizar expressivamente o léxico em situações concretas, preocupar-se com a marcação singular de uma personalidade estilística e, sobretudo, ter consciência de que esses fatores de textualidade complementam necessariamente o ato retórico bem-sucedido. Escrever, enfim, é um movimento estratégico de mostrar-se para o outro.

Escrever na escola

Quando o auditório ganha relevo, o ato de criar um texto concentra toda a atividade do orador e regula a tensividade que se imprime ao processo de interação e ao curso da ação pretendida. Dar um texto ao mundo é, nessa perspectiva, praticar a arte de utilização de recursos linguísticos, conceituais, estratégicos e criativos com propósitos bem definidos e precipuamente é a prática de um gesto de interação com o outro em um contexto instaurado. Para dotar o texto de significação expressiva e de fato relevante para o auditório, é fundamental, para bem além de configurá-lo fisicamente por meio da língua, revelar com nitidez, no artefato verbal, um propósito que se cumpre de modo adequado em situações de uso social efetivo. Essa é, cremos, uma afirmação que mereceria reflexão aprofundada na escola: toda escrita precisa ter um propósito bem definido e claro para autores e oradores. Para externar os propósitos a que se destina, a escrita requer capacidade do orador para recriar, pelo uso da língua, pelo entendimento e pela análise, o que o autor processa cognitivamente, mas, principalmente, solicita o encontro de um bom modo de “atender às condições para fazer o que tem a fazer” (BAZERMAN, 2015, p. 107).

Uma das vocações da escrita é tornar-se inteligível. Esse princípio sempre norteou o ensino de produção escrita na escola e é positivo em si mesmo. A natureza dinâmica das situações sociais, porém, exige que a legibilidade se traduza em desdobramentos intelectuais que revelem envolvimento efetivo de um autor com seu auditório no processo de intervenção simbólica que se dá pela escrita. A escola, então, ao voltar-se para a eficácia da produção, pode ressaltar que escrever, seja onde e como for, é precipuamente um exercício de retórica: arte prática e reflexiva que solicita coordenação acurada do pensamento para traduzir intenções e objetivos do orador. Quando assim vista, as metas da escrita envolvem orador e auditório na exteriorização de pensamentos que reforçam a racionalidade do existir, a amplificação das percepções de si e dos outros no imenso universo em que se revolvem os valores, as preferências e paixões humanas. Se há propósitos, há uma exigência que se impõe e, se assim é, a escrita atua como resposta humana a uma situação proposta ao orador e ao auditório.

Dentre as múltiplas formas implicadas no ato de escrever, há um momento processual que envolve o aprender e a análise de reações à produção apresentada. Por isso, o ato de escrever impõe um período de aprendizagem significativa de liberdade e de aprisionamento do ser que escreve diante das trincheiras da própria linguagem e das situações sociais. A escola pode auxiliar nessa missão primeira e fundamental: se há um processo natural que aprimora e regula o ser que se mostra por meio de recursos da linguagem, escrever na escola poderia ser, sobretudo, um exercício de autoria. Há alguém (aqui denominado orador ou autor-aluno) que exercita as diversas funções exercidas por um texto para, assim, criá-lo e aprimorá-lo em função de objetivos plenamente definidos. A prática da escrita na escola, em resumo, poderia ser vista como a consecução de um ato retórico que exige engenho e arte do orador para encontrar, na constituição do discurso, a índole das premissas necessárias para obter eficácia.

Nesse sentido, a decisão de envolver-se num movimento dialético-discursivo (e seria interessante que os alunos-autores assim se sentissem no processo de escrita) requer, além do natural esforço cognitivo e afetivo, a reflexão acurada sobre a utilização dos elementos do sistema retórico: invenção (*inventio*), disposição (*dispositio*), elocução (*elocutio*), memória (*memoria*) e ação (*actio*). Primeiramente, considere-se a *inventio* (*quid dicat*), ligada etimologicamente a “achar” (*invenire*) e “julgar” (*iudicare*). É importante refletir que não basta ter propósitos definidos e capacidade de bem gerir a língua em situações sociais diversas. É preciso, também, levar em conta o aspecto passional que envolve o auditório no instante da *actio* (aqui, didaticamente considerado como o produto final de um texto e a leitura ou apresentação para um auditório), uma vez que

não se pode negar a existência de valores e de uma inevitável hierarquia do preferível em cada um dos leitores ou ouvintes. É na *inventio* que nasce o futuro texto e é nela que o outro se presentifica como causa indelével do escrever.

Essa preocupação primeira envolve preocupações outras, de natureza temática, que precisam consolidar-se, depois e afirmativamente, na *dispositio* (momento em que o orador coloca cada um dos propósitos da escrita em seu devido lugar). Esse exercício de imaginar e de dar atenção à ordem e eficácia do texto demanda encontrar meios de alterar opiniões, de perscrutar no auditório regiões que vão da ignorância à dúvida e, dela, à certeza que leva ao agradar, ao comover, ao ensinar, pois, sem deixar de levar em conta que, seja qual for a natureza da produção, há um conselho gritando ao final, fortemente recomendado por Aristóteles em Retórica a Alexandre: aquele que profere um discurso de persuasão precisa deixar claro que as causas que defende são justas, legais, apropriadas, honrosas, prazerosas, exequíveis e necessárias (ARISTÓTELES, 2012). Nesse sentido, o exercício da *inventio* requer três posturas oratórias muito necessárias e primordiais: o orador responsabiliza-se pelo que diz, pontua o seu dizer pelos conhecimentos prováveis que possui do auditório e é em função dele que irá desenvolver sua argumentação. Produzir textos, nessa perspectiva, é um manifestar interativo e pragmático que, com o respeito exigido por cada auditório, expõe, dimensiona e mostra possíveis perspectivas de observar as questões humanas. As demais partes do sistema retórico ligam-se estreitamente à invenção porque é na prática de criar o discurso que se encontram, para qualquer questão, os meios de prova.

Ato retórico e argumentação na escola

É preciso acentuar uma dificuldade inerente ao processo de escrita na escola: por mais que tente se aproximar da realidade, escrever em bancos escolares é sempre um artifício pedagógico. Há, entretanto, meios realísticos de contornar essa artificialidade natural, pois, ao assumir a autoria, o orador atento analisa e leva em conta o contexto retórico em que atua. Por contexto retórico entendemos o conjunto de fatores temporais, históricos, culturais, sociais etc. que exercem influência no ato de produção e de recepção dos discursos (FERREIRA, 2010). Ao escrever, o autor-aluno pratica um discurso retórico, aquele que se configura pela intenção de persuadir um auditório que se encontra diante de uma questão polêmica. O momento primeiro da escrita, então, leva em conta que praticar a escrita para um auditório específico pauta-

se numa concepção de retórica vista como a negociação da distância entre os homens a propósito de uma questão, de um problema (MEYER, 1998).

Fundamental, então, é considerar que há um propósito do orador e uma questão que se impõe realística e necessariamente. Por isso, o grau de aceitabilidade de um argumento se relaciona de modo objetivo com os valores e as hierarquias do preferível (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996) arraigados no auditório e, em função deles, torna-se imperativo, primeiramente, adequar a fala a esses valores conhecidos para conseguir objetivos persuasivos. Nesse sentido, reiteramos, analisar previamente a natureza do auditório a quem se dirige é um exercício muito necessário, pois a prática da *inventio* pressupõe duas posturas primordiais: o orador pontua o seu dizer pelos conhecimentos prováveis do auditório e é em função dele que irá desenvolver sua argumentação. Sempre e sempre, o orador necessita demonstrar clara e coerentemente o que julgar plausível para construir o verossímil, o provável que, se bem exposto, atingirá o acordo pretendido e levará à persuasão. Assim, é importante que o autor considere que há uma tensividade retórica em cada ato de escrita. A tensividade é característica da dinâmica da comunicação social, possui graus e, em maior ou menor proporção, reivindica o entendimento das dimensões dos conflitos de conceitos, de choques semânticos, de diferentes visões de mundo, de diferenças ideológicas, de crenças antagônicas. O orador competente, em princípio, considera a tensividade e exprime-se em consonância com as ideias do interlocutor, quer para concordar, quer para opor-se às teses do outro. Essa posição oratória é necessária porque, nesse exercício de influenciar o outro, reiterar-se, é relevante considerar o auditório como início e fim das decisões a serem tomadas; é necessário levar em conta o presente, o passado e o futuro da causa que defende, e ainda prestar atenção à aquiescência ou não a princípios que se ligam à moral, a valores em vigor, a bom-senso, a interesses pessoais e de grupo, à intensidade das paixões. Por todos esses motivos, o orador, durante a *inventio*, aceita ponderar sobre o que é conveniente, justo, legal, útil, nocivo, vergonhoso, honrável e aceitável para aquele auditório específico e para os propósitos persuasivos que erigem o texto.

A finalidade precípua de um ato retórico, então, concentra-se na persuasão. Etimologicamente, a palavra vem de *persuadere* (*per* + *suadere*). *Suadere* significa “aconselhar” (não impor) e *per* equivale a “de modo completo”. Assim, o sentido de persuadir é levar, habilidosamente e de modo suave, alguém a aceitar um ponto de vista. Persuadir, em retórica, é considerado gênero e compreende três espécies: ensinar (*docere*), comover (*movere*) e agradar (*delectare*). A primeira diz respeito à lógica (mover pela razão, instruir), a segunda à afetividade e a terceira à estética (TRINGALI, 1988). Essas três espécies concentram-se no

exercitar de dois propósitos didaticamente resumidos para facilitar o pensar: persuadir (mover pelo coração, pela emoção) e convencer (mover pela razão, pelas provas de natureza lógica). No interior delas, a terceira (agradar) é ainda elemento importante, pois determina os aspectos mais artísticos da construção do texto, embora, por muitos motivos, tenha sido relegada a um plano secundário na história da retórica contemporânea, mais preocupada com os aspectos argumentativos do ato de escrever e de falar.

Assim, para que um autor-aluno crie bases para identificar e entender a situação de escrita, é importante que leve em conta que a interação orador-auditório possui muitas facetas fundamentais, envolve procedimentos de construção, categorias perceptuais, conhecimentos prévios recebidos ou desenvolvidos na interação social e, também, burilamento adequado da língua em cada situação ou propósito. Tais princípios, que nascem na *inventio*, ordenam, por si, a categoria dos auditórios e imputam responsabilidade a quem enuncia. Por isso, o orador, diante de uma situação de conflito, analisa, pondera que um discurso nunca está sozinho, não é um acontecimento isolado, já que nasce de outros discursos e aponta para outros, complementa ou opõe-se a outros que o precederam. Nesse jogo de discursos que se entrecruzam, o orador atua nos limites de uma área de valores aceitáveis e atribui aos membros do auditório algumas funções, bastante conhecidas na retórica dos antigos gregos e latinos:

POSIÇÕES DO AUDITÓRIO
atuar como juízes: aqueles que analisam uma causa passada, ponderam sobre o justo, o legal e sobre o injusto, o ilegal, consideram a ética envolvida e, a partir da reflexão, condenam ou absolvem.
atuar como assembleia: aqueles que, diante de uma causa que aponta para o futuro, refletem sobre o útil, o conveniente e sobre o prejudicial, o nocivo. A partir dessa ponderação, aconselham ou não a tomada de uma decisão.
atuar como espectadores: aqueles que analisam a capacidade do orador no ato de louvar ou censurar algo ou alguém, no ato de versar sobre um tema do presente, atual, que causa interesse hoje e agora. Depois do discurso, os espectadores declaram se gostam ou não, se concordam ou discordam, se acham belo ou feio o que foi dito, da forma como foi dito, sem que, necessariamente, precisem tomar uma posição definitiva sobre o que foi exposto, ainda que o discurso possa ter causado profunda influência no auditório, possa ter posto em crise os valores vigentes. Discursos dessa natureza ligam ao agradar.

Se o autor-aluno estudar previamente a natureza do auditório, começará um processo de entendimento de como o texto poderá operar em determinadas circunstâncias e, sobretudo, como poderá transformar, pela argumentação, uma situação para realizar seus objetivos (BAZERMAN, 2015). Caminhará, também, para um processo de operações cognitivas necessárias para trabalhar mais eficazmente as estratégias, as formas possíveis de desenvolvimento do conteúdo e de organização do trabalho da escrita. Para Aristóteles (Arte Retórica, I, III, 1), é a necessidade de adaptar-se aos três tipos de auditório que confere traços específicos a cada um dos gêneros oratórios (judiciário, deliberativo – ou político – e epidítico). Adaptar-se é a palavra fundamental para o autor, posto que não falamos da mesma maneira com todas as pessoas com quem interagimos. Por isso, os três atos de discursos não são os mesmos. O discurso judiciário toma como base discursiva um tribunal e, por isso, acusa ou defende uma ideia para mostrar o que é justo ou injusto na questão tratada. O uso do gênero deliberativo implica aconselhar ou desaconselhar uma assembleia para ressaltar o que será útil ou nocivo ao interesse coletivo. O auditório, diante de discursos pautados nesse gênero, reflete sobre questões referentes à cidade, à paz ou à guerra, à defesa, ao orçamento ou à legislação, por exemplo. Quando o gênero escolhido é o epidítico, o orador censura ou elogia, diante de espectadores, algo ou alguém. O auditório entende que o orador pretende que se admire ou vilipendie alguém por suas qualidades ou defeitos, por sua nobreza ou vilania e traz para a memória do auditório o presente, ainda que, para praticar o gênero epidítico, extraia argumentos do passado ou do futuro. Esse gênero não implica decisões imediatas do auditório e é muito utilizado para exaltar ânimos no plano cívico ou patriótico. É o mais comum nas propagandas e nas pregações religiosas. Todos pretendem dispor favoravelmente o auditório por meio de argumentos sensatos, aparentemente sinceros e simpáticos à plateia.

Como um texto opinativo sempre se encontra no espaço da opinião (*doxa*), fundamentalmente não discute verdades e certezas, mas, sim, impressões sobre o mundo, opiniões que precisam ser consideradas, ponderadas e estabelecidas no acordo entre orador e auditório. Por isso, o movimento persuasivo é dialético, uma vez que permite a discussão de valores, de hierarquias, de preferências e, consubstanciado em discurso, consagra a própria dialética como objeto material da retórica. Assim sendo, a boa escolha do gênero é fundamental para a boa realização do ato retórico. O autor-aluno, se bem assimilar os conceitos que envolvem os gêneros oratórios e a natureza dos auditórios, poderá se empenhar, em menor ou maior grau, na prática de objetivar seu discurso para persuadir diversos interlocutores. Quando pretende

que, ao final do discurso, o auditório apenas se manifeste se gosta ou não do que foi apresentado, poderá valer-se do gênero epidítico. Quando pretende condenação ou absolvição, que se leve em conta um crime de qualquer natureza e se discuta a dimensão do castigo merecido por alguém que enfrenta uma situação polêmica, o gênero mais adequado é o judiciário. Se, porém, o objetivo é o voto, favorável ou contrário a algo ou a alguém, o gênero escolhido é o deliberativo. Nesse caso, o orador irá aconselhar ou desaconselhar o auditório para que se posicione firmemente sobre um fato futuro.

Para reforçar a intensidade da adesão do auditório, portanto, a relação de valores com outros valores e de hierarquias com outras da mesma natureza é interessante levar em conta que o exercício da *inventio* requer o encontro de “provas” para bem sedimentar a argumentação pretendida e, sobretudo, sedimentar, discutir sua validade argumentativa. Para Aristóteles (*Arte Retórica*, I, II, 3), três espécies constituem provas dependentes do discurso: umas residem no caráter moral do orador; outras nas disposições criadas nos ouvintes e outras, no próprio discurso, pelo que ele demonstra ou parece demonstrar. Neste artigo, que se preocupa sobremaneira com a autoria, trataremos de modo mais delongado sobre a primeira delas: o *ethos*.

As três provas retóricas

Como afirmamos na introdução, a reflexão sobre a trilogia retórica (*ethos*, *pathos* e *logos*) é fundamental para a criação do verossímil e da construção do discurso persuasivo, pois são considerados por Aristóteles como instrumentos do persuadir (*pisteis*). O *logos* é de ordem racional. *Ethos* e *phatos* são de ordem afetiva.

O *logos* corresponde à estrutura argumentativa do texto, é uma proposta verbalizada como solução para um problema que se instaura em uma determinada instância retórica e, sempre, requer elaboração argumentativa, proposições e julgamentos capazes de levar o auditório à persuasão. É pela utilização do espaço discursivo que o orador pratica as estratégias persuasivas adequadas para impressionar positivamente um auditório ou outro e demonstrar, de modo explícito ou não, pela linguagem, sua capacidade de enfatizar, ilustrar confirmar, negar ou corroborar ideias. No *logos*, então, imbricam-se, indissociavelmente, a força argumentativa do orador, os sentidos explícitos ou implícitos, figurativos ou literais da linguagem utilizada para atingir, por força da criação da verossimilhança, o acordo com o auditório.

O *pathos* refere-se às emoções despertadas no auditório. A convivência social reveste os homens de múltiplas tonalidades do sentir: amam, odeiam, tornam-se esperançosos, desanimados, calmos ou desesperados, revelam e escondem desejos. Entre o prazer e o desprazer cotidianos, o ser humano modula a intensidade de suas paixões pelo que acredita ser justo, injusto, moral, imoral, certo, errado, belo e feio. É justamente aí que reside a força do *pathos*, entendido como o poder do orador de despertar o auditório para as emoções decorrentes do seu discurso. Para obter o acordo, como ressaltamos acima, o orador coloca o auditório em posições emocionais diferenciadas: ora exige que atue como juiz, ora como participante de uma assembleia que precisa chegar a um consenso, ora apenas como espectador de uma determinada situação que se problematiza no seio social. Esses papéis sociais, quando assumidos, envolvem o auditório em situações passionais distintas e, de modo consequente, revolvem o interior de cada um e de todos em tonalidades mais pálidas ou mais intensas do sentir. Por isso, a força do *pathos* – a intensidade das paixões evocadas pelo orador – provoca diferentes respostas do auditório e consolida-se num julgamento sobre aquilo que está em questão. Assim, diante de um auditório, o orador pode provocar paixões disfóricas ou eufóricas por meio de sua capacidade de levar o outro a aderir, recusar, completar, modificar, calar-se, aprovar, reprovar, demonstrar interesse ou desinteressar-se por um evento do mundo que requer uma posição estética, deliberativa ou judiciária. *Pathos*, portanto, em retórica, é uma ferramenta poderosíssima para mobilizar emocionalmente o auditório a favor de uma tese. Saliente-se que é pelos efeitos patéticos que o auditório aclama, louva, censura, indica se uma ação é justa ou injusta, decide em função do útil ou prejudicial e que a intensidade de qualquer uma dessas ações é sempre estabelecida pela força persuasiva provocada pelo orador (FIGUEIREDO; FERREIRA, 2016).

O elo entre *logos* e *pathos* se dá pela atuação do *ethos*. Os gregos entendiam o termo *ethos* como a criação da imagem de si mesmo. Ligavam-no, assim, à personalidade, aos traços comportamentais, à escolha revelada de um modo de viver e de determinar, pelo discurso, suas concepções do existir de modo reto e aceitável socialmente (ética). O *ethos* refere-se ao “caráter que o orador deve assumir para inspirar confiança no auditório” (REBOUL, 2004, p. 48). É, pois, uma imagem, verdadeira ou não, que o orador constrói de si no intuito de persuadir e convencer seu auditório. Tal imagem desenha-se na mente do auditório, muitas vezes, de forma inconsciente, por força da maneira como o discurso é interpretado e a postura do orador é analisada. Assim sendo, por ligar-se a um processo

de representação do orador diante de um auditório específico, no *ethos* reside a força de autoridade que se impõe ou não sobre o auditório, e, quando adequadamente apresentado como um recurso de identificação, provoca adesão e acordos favoráveis às intenções persuasivas do orador. De modo bem singelo, o *ethos* é a revelação do poder do orador: “Você pode confiar em mim” (FIGUEREDO; FERREIRA, 2016, p. 61-2). Como a retórica é, historicamente, amoral, a verossimilhança é mais importante do que a suposta “verdade”, pois o *ethos* constrói uma “verdade” aparente, contingente, plausível (ou não) do orador e do discurso que é manifestado. Aristóteles, no livro I de sua Retórica, enfatiza a importância da boa constituição do *ethos* e da verossimilhança ao afirmar que se persuade pelo caráter quando o orador deixa a impressão de ser digno de confiança, que é adquirida como resultado do discurso. Como se percebe, o filósofo salienta que o *ethos* se constrói discursivamente e não por meio de uma valoração prévia do caráter do orador. No livro II, o filósofo grego informa que três são as causas de persuasão que não exigem demonstração: a prudência (*phronesis*), a virtude (*arete*) e a benevolência (*eunoia*).

Por força da juventude ou da pressa de muitos alunos-autores, nem sempre esses fatores de persuasão são levados em conta no propósito de dirigir-se a um auditório pela escrita. Uma pedagogia da escrita, então, pode recomendar o cuidado de si que um escritor precisa ter para bem atingir seu auditório. Na escola ou na vida, a instauração do *ethos* no discurso é uma ferramenta psicológica que se fundamenta no verossímil e na adaptação do discurso às expectativas do auditório. Revela-se nos *logos* e um escritor consciente pode levar em conta, no ato da produção textual, uma advertência muito feliz de Plantin (2008):

Em última análise, o *ethos* corresponde a uma forma de afeto ameno, durável, que define o tom de base do discurso; ao afeto tímico, de tipo temperamento, humor, virão se acrescentar as modulações fásicas que são as emoções propriamente ditas. A problemática do *ethos* e do *pathos* se recobrem. (PLANTIN, 2008, p. 118).

Conclusão

Por motivos explicáveis historicamente, a escola refletiu longamente sobre o processo de produção de textos a partir da correção gramatical, das etapas do discurso e sobretudo dos valores inegáveis da elocução (*lexis*), que diz respeito propriamente à redação do texto. Como nos lembra Reboul (2004), elocução, antes de ser uma questão de estilo, diz respeito à língua como tal. Em função disso, para os antigos, o primeiro problema da elocução centrava-se na correção linguística. Ainda hoje, a questão da correção é fundamental para um autor, pois, como rememora esse estudioso, “o orador deve pôr-se a serviço, ou melhor, sentir-se responsável por aquilo que os gregos chamavam de *hellenizein*, os latinos de *latinitas*, e que traduzimos por bom vernáculo” (REBOUL, 2004, p. 61). E complementa: “Hoje em dia, também, quem quiser persuadir o grande público não poderá permitir-se incorreções nem preciosismos, salvo em ocasiões muito precisas” (REBOUL, 2004, p. 61).

A *inventio*, entretanto, por parecer óbvia, quase não aparece nos manuais escolares como uma etapa de reflexão necessária, ainda que faça parte do plano-tipo clássico muito difundido para bem escrever um texto: invenção, disposição, ação, memória e ação. Reboul (2004) dá algumas explicações sobre o assunto ao refletir que a própria noção de invenção pode parecer muito ambígua por situar-se em dois polos opostos: invenção-inventário (detecção pelo orador de todos os argumentos e procedimentos retóricos disponíveis) e invenção-criação (criação de argumentos e de instrumentos de prova). O computador e os recursos tecnológicos da contemporaneidade podem ajudar sobremaneira para a invenção-inventário. A invenção-criação, porém, depende unicamente do poder humano de inspirar, pelo discurso, um *ethos* de confiança como produto efetivo e representativo de um discurso particular de autoria. Do mesmo modo, um discurso de autoria procura inspirar nuances patéticas no seio do auditório por meio da força incontestável existente no manancial contido nas dobras do *logos*. A invenção é parte primordial da construção de um discurso persuasivo. Nesse aspecto, a questão da originalidade, tão exigida por avaliadores de redação, passa a ser secundária, pois, em retórica, inventar liga-se a procurar e achar o que está escondido, o que está guardado e ainda não plenamente revelado. Limita-se à busca de provas que constituem a substância da invenção e, por isso, é fruto da arte, da arte da prática e a da arte de ensino e de aprendizagem.

Referências

- ARISTÓTELES. **Retórica a Alexandre**. Trad. Edson Bini. São Paulo: EDIPRO, 2012.
- _____. **Arte Retórica**. Trad. Antonio Pinto de Carvalho. São Paulo; Rio de Janeiro: EDIOURO, s/d.
- BAZERMAN, Charles. **Retórica da Ação Letrada**. Trad. Adail Sobral, Ângela Dionísio, Judith Chamblis Hoffnagel, Pietra Acunha. São Paulo: Parábola, 2015.
- BURKE, K. **Language as symbolic action** Essays on life, literature and method. Berkeley: University of California Press, 1968
- FERREIRA, L. A. **Leitura e Persuasão** Princípios de análise Retórica. São Paulo: Contexto, 2010.
- FIGUEIREDO, M. F.; FERREIRA, L. A. A Dimensão do *Ethos* nos Gêneros Retóricos. In LIMA, E. S. de; GEBARA, A. E. L.; GUIMARÃES, T. F. (Org.). **Estilo, ethos e enunciação**. Franca: Unifran, 2016.
- MEYER, M. **Questões de retórica**: linguagem, razão e sedução. Trad. António Hall. Lisboa: Edições 70, 1998.
- PERELMAN, C.; OLDBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado de Argumentação**: a nova retórica. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- PLANTIN, C. **A argumentação**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- REBOUL, O. **Introdução à retórica**. Trad. Ivone Castilho Benedetti. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- TRINGALI, D. **Introdução à Retórica** A Retórica como Crítica Literária. São Paulo: Duas Cidades, 1988.

